BASE AÉREA DE SANTA MARIA

Termo de Referência 92/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
92/2026	120643-BASE AÉREA DE SANTA MARIA	THIAGO ROZALES RAMIS	10/09/2026 15:11 (v 0.5)

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	32/2026	00000000000000000

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo n° *xxxxx*.*xxxxxx*/*xxxx*-*xx*)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **materiais pedagógicos, esportivos e de higiene para atender às necessidades do PROFESP (Programa Forças no Esporte) da Base Aérea de Santa Maria**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	1 - ABSORVENTE HIGIÊNICO; TIPO: NORMAL COM ABAS, FORMATO: TRADICIONAL, APRESENTAÇÃO: EXTERNA. TAMANHO NORMAL	288988	PCT C/8	752	R$ 3,89	R$ 2.925,28
2	2 - APITO ESPORTIVO; MATERIAL: METAL CROMADO, TIPO: PROFISSIONAL, TAMANHO: MÉDIO.	485834	UN	10	R$ 11,88	R$ 118,80
	3 - AGASALHO DESPORTIVO; CONJUNTO DE AGASALHO (AGASALHO E CALÇA) CONTENDO AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: AGASALHO – MATERIAL TACTEL 100% POLIÉSTER, ENTRE 125 G/M2 E 140 G/M2 4 FIOS OU 4 CABOS, COR DA PARTE SUPERIOR (AGASALHO) AMARELA, PARTE INFERIOR (CALÇA) AZUL MARINHO, COM FECHAMENTO CENTRAL COM ZÍPER EM NYLON NA COR PRETA, COM					

Documento gerado pelo Portal de Compras do Governo Federal. Página 1 de 23. Hash: 5d57e98a3d0f5e2508b27e5d3b2bc2d

3	PUXADOR DE METAL PRETO, TIPO ENCAIXE E ACABAMENTO DE COSTURA DO ZÍPER REFORÇADO; CÓS DO AGASALHO TODO EM ELÁSTICO (TAMANHO 5 CM) COM O FINAL DO ELÁSTICO DISTANDO CERCA DE 8 CM DA BASE DO ZÍPER, DE CADA LADO; COM GOLA TIPO ROLÊ COM FECHAMENTO EM ZÍPER, COM TRAVA, DO MESMO MATERIAL DO AGASALHO (TACTEL 100% POLIÉSTER), DIMENSÕES APROXIMADAS DE 7,5 CM DE ALTURA; MANGA COMPRIDA COM PUNHO EM ELÁSTICO, ESPESSURA APROXIMADA DO ELÁSTICO: 5 CM, FIXAÇÃO DO ELÁSTICO NA MANGA COM COSTURA E ACABAMENTO REFORÇADOS; BOLSO NOS LADOS ESQUERDO E DIREITO, NA PARTE INFERIOR, PROPORCIONANDO AO USUÁRIO A ACOMODAÇÃO DAS MÃOS OU ACONDICIONAMENTO DE PEQUENOS MATERIAIS, COM ABERTURA LATERAL DE ENTRADA DAS MÃOS COM APROXIMADAMENTE 15 CM; IMPRESSÃO COLORIDA DO EMBLEMA DO PROGRAMA NO CANTO SUPERIOR DIREITO (PEITO DIREITO), CONFORME MODELO A SER ENVIADO, DIMENSÕES APROXIMADAS: 3,5 CM (ALT.) X 8,0CM (LARG.); IMPRESSÃO COLORIDA DO EMBLEMA DO PROGRAMA NO LADO SUPERIOR ESQUERDO (PEITO ESQUERDO), CONFORME MODELO A SER ENVIADO, DIMENSÕES APROXIMADAS: 5,5 CM (ALT.) X 8,0 CM (LARG.). IMPRESSO O NOME “PROFESP”, NA PARTE SUPERIOR CENTRALIZADA DAS COSTAS DO AGASALHO NA COR PRETA, COM UMA DISTÂNCIA APROXIMADA DE 9,0 CM DA BASE DA GOLA, TODAS AS IMPRESSÕES COLORIDAS DE BOA QUALIDADE, SEM VAZAMENTOS OU MANCHAS. TODAS AS COSTURAS INTERNAS DO AGASALHO COM ACABAMENTO REFORÇADO, CALÇA NA COR AZUL MARINHO, COM FECHAMENTO DE ELÁSTICO NA CINTURA, ESPESSURA DO ELÁSTICO COM 5 CM, COM ACABAMENTO DE COSTURA REFORÇADO E CORDÃO REGULADOR DE CINTURA (RABO DE RATO) EM ALGODÃO OU PROPILENO PELO MENOS 3 MM NA COR AZUL-MARINHO PARA AMARRAÇÃO, 1 (UM) BOLSO NO LADO ESQUERDO, COM ABERTURA DE ENTRADA DA MÃO COM APROXIMADAMENTE 15 CM, PROPORCIONANDO AO USUÁRIO A ACOMODAÇÃO DAS MÃOS OU ACONDICIONAMENTO DE PEQUENOS MATERIAIS, 1 (UM) BOLSO NO LADO DIREITO, COM ABERTURA DE ENTRADA DA MÃO COM APROXIMADAMENTE 15 CM, PROPORCIONANDO AO USUÁRIO A ACOMODAÇÃO DAS MÃOS OU ACONDICIONAMENTO DE PEQUENOS	388335	UN	154	R$ 130,00	R$ 20.020,00

Documento gerado pelo Assistente Virtual do TCU em 27/11/2025 às 14:26:05 (GMT -03:00) - Página 2 de 23 - Hash: 5d57e98a3d0f5e2508b2f5e4382bc2d

	MATERIAIS. 1 (UM) BOLSO TRASEIRO, NO LADO DIREITO, COM ABERTURA DE APROXIMADAMENTE 12 CM E PROFUNDIDADE DE, APROXIMADAMENTE 15,5 CM, PROPORCIONANDO ACONDICIONAMENTO DE CARTEIRA E OUTROS OBJETOS. BARRA DA CALÇA COM COSTURA REFORÇADA PELO LADO INTERNO, PROPORCIONANDO UM MELHOR ACABAMENTO. TAMANHOS CONFORME SOLICITAÇÃO DO ÓRGÃO: GG (5), G(36), M(55), P(53) e PP(5).					
4	4 - BALÃO FESTA; MATERIAL: BORRACHA, COR:VARIADA, TAMANHO: nº 9.	602198	PCT C/100	8	R$ 10,50	R$ 84,00
5	5 - BANDEIRA DO BRASIL; MATERIAL: 100% POLIÉSTER, COMPRIMENTO:193 CM, LARGURA:135 CM; DUPLA FACE, PROTEÇÃO UV, FUROS COM ILHOSES, COR E DESENHO: DE ACORDO PROJETO.	606592	UN	2	R$ 856,80	R$ 1.713,60
6	6 - BANDEIRA DO RIO GRANDE DO SUL; MATERIAL: 100% POLIÉSTER, COMPRIMENTO:193 CM, LARGURA: 135 CM; DUPLA FACE, PROTEÇÃO UV, FUROS COM ILHOSES, COR E DESENHO: DE ACORDO PROJETO.	463183	UN	2	R$ 105,48	R$ 210,95
7	7 - BERMUDA TIPO SHORT INFANTO JUVENIL, UNISSEX, TECIDO HELANCA 100% POLIAMIDA, COLEGIAL, SEM BOLSO, COM ELÁSTICO NA CINTURA, LARGURA DO ELÁSTICO COM 4 CM, COM ACABAMENTO DE COSTURA REFORÇADO, COM CORDÃO REGULADOR PARA AMARRAÇÃO, CORDÃO LOCALIZADO NA PARTE INTERNA DO ELÁSTICO DA CINTURA, CONFECCIONADO EM ALGODÃO OU POLIÉSTER GRAMATURA PROPORCIONAL PARA ROUPA; COMPRIMENTO DA BERMUDA: ATÉ POUCO ANTES DO JOELHO. IMPRESSO COLORIDO DO EMBLEMA DO PROGRAMA FORÇAS DO ESPORTE NA PARTE INFERIOR FRONTAL DA PERNA DIREITA, (DIMENSÕES APROXIMADAS: 7,5 CM (LARG.) X 2,5 CM (ALT.), IMPRESSÃO COLORIDA DO EMBLEMA DO PROJETO, NA PARTE INFERIOR FRONTAL DA PERNA ESQUERDA, CONFORME MODELO (DIMENSÕES APROXIMADAS: 6,0 CM (LARG.) X 6,0 CM (ALT.)). TAMANHOS CONFORME SOLICITAÇÃO DO ÓRGÃO: GG, G, M, P E PP, COR AZUL-MARINHO, COM IMPRESSÕES COLORIDAS DE BOA QUALIDADE, SEM VAZAMENTOS OU MANCHAS. TAMANHOS CONFORME	321077	UN	240	R$ 19,00	R$ 4.560,00

Documento gerado pelo Portal de Compras Governamentais - Página 3 de 23 - Hash: 5d57d98a3d0f5e2e8b2d75e6f2bc2d

	SOLICITAÇÃO DO ÓRGÃO: GG (8), G(46), M(80), P(78) e PP(8).					
8	8 - BOLA DE FUTEBOL; MATERIAL: POLIURETANO, PESO CHEIA: 410 A 450 G, MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, CIRCUNFERÊNCIA: 68 A 70 CM, MODELO: FUTEBOL DE CAMPO.	450241	UN	20	R$ 70,00	R$ 1.400,00
9	9 - BOLA DE VOLEIBOL; MATERIAL: MICROFIBRA, PESO CHEIA:260 A 280 G, CIRCUNFERÊNCIA: 65 A 67 CM, USO: ADULTO, PRESSÃO: 03 - 04 LB, APLICAÇÃO: VOLEIBOL DE QUADRA.	304914	UN	20	R$ 193,00	R$ 3.860,00
10	10 - BOMBA DE ENCHER; MATERIAL CORPO: PLÁSTICO, BICO EM AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO: ÚNICO.	253690	UN	3	R$ 17,50	R$ 52,50
11	11 - BONÉ EM TACTEL 4 FIOS OU 4 CABOS, MODELAGEM TRADICIONAL, FORRADO INTERNAMENTE COM TNT GRAMATURA 70 PRETO, IMPRESSO COLORIDO DA BANDEIRA DO BRASIL NA LATERAL ESQUERDA COM APROXIMADAMENTE, (4,0CM LARG X 2,0 CM ALT), IMPRESSO COLORIDO DO SÍMBOLO DO PROGRAMA NA PARTE FRONTAL COM APROXIMADAMENTE (6,0 CM DE LARG X 3,0CM ALT) E IMPRESSO COLORIDO NA LATERAL DIREITA O SÍMBOLO DO PROGRAMA COM APROXIMADAMENTE (4,0 CM LARG X 4,0 CM ALT), REGULADOR PLÁSTICO AZUL-MARINHO DE APROXIMADAMENTE 2 CM DE LARGURA X 8,5CM COMPRIMENTO, SUADOR DE CARNEIRA, ABA FLEXÍVEL E LISA . COR DO BONÉ AZUL MARINHO, IMPRESSÕES COLORIDAS DE BOA QUALIDADE, SEM VAZAMENTOS OU MANCHAS. AS ARTES PARA IMPRESSÃO SERÃO ENVIADAS PELO CONTRATANTE.	373885	UN	154	R$ 9,70	R$ 1.493,80
12	12 - CAIXA ORGANIZADORA; MATERIAL: PLÁSTICO, COMPRIMENTO:58 CM, LARGURA:38 CM, ALTURA:33 CM, CAPACIDADE:50 L.	416057	UN	10	R$ 59,58	R$ 595,75
	13 - CAMISA GOLA REDONDA INFANTO JUVENIL NA COR BRANCA: CAMISA DE MANGA CURTA BÁSICA, GOLA REDONDA OU CARECA COM ACABAMENTO DE COSTURA BEM DEFINIDO, TECIDO EM PV (COMPOSIÇÃO: ENTRE 67% POLIÉSTER, 33% VISCOSE). MANGAS DA CAMISA: TIPO SIMPLES, SEM ELÁSTICO, COM ACABAMENTO DE COSTURA BEM DEFINIDA, IMPRESSO COLORIDO DE BOA QUALIDADE COM O EMBLEMA DO					

Documento Termo de Referência Página 4 de 23 MD5 5d57d98a3d0f5e2508b2f5e4382bc2d

13	PROGRAMA NA PARTE SUPERIOR DIREITA (PEITO DIREITO) CONFORME MODELO A SER ENVIADO (DIMENSÕES APROXIMADAS: 3,5 CM (ALT.) X 8,5 CM (LARG.), IMPRESSO COLORIDO NA PARTE SUPERIOR ESQUERDA (PEITO ESQUERDO) COM O EMBLEMA DO PROGRAMA CONFORME MODELO A SER ENVIADO (DIMENSÕES APROXIMADAS: 6 CM (LARG.) X 5 CM (ALT.)), SÍMBOLO DO COMANDO DA AERONÁUTICA, IMPRESSO COLORIDO, CONFORME MODELO A SER ENVIADO, NA MANGA ESQUERDA DA CAMISA, (DIMENSÕES APROXIMADAS: 9,0 CM (LARG.) X 9,0 CM (ALT.), IMPRESSO COLORIDO DA PALAVRA PROFESP NA COR PRETA, CONFORME MODELO A SER ENVIADO, NA PARTE SUPERIOR DAS COSTAS, COM UMA DISTÂNCIA APROXIMADA DE 7,5 CM DA BASE DA GOLA, CENTRALIZADO, (DIMENSÕES APROXIMADAS: 6,0 CM (LARG.) X 20,0 CM (ALT.). TAMANHOS CONFORME SOLICITAÇÃO DO ÓRGÃO: XG GG, G, M, P E PP. NA COR BRANCA, COM ESTAMPAS IMPRESSAS COM QUALIDADE, SEM BORRÕES OU VAZAMENTOS, COLORIDAS. TAMANHOS CONFORME SOLICITAÇÃO DO ÓRGÃO: GG (16), G(92), M(160), P(156) e PP(16).	600671	UN	240	R$ 14,80	R$ 3.552,00
14	14 - CAMISA TIPO POLO, TECIDO DRY FIT 100% POLIÉSTER, GOLA E PUNHO EM MATERIAL 100% POLIÉSTER, REGULAGEM DA ABERTURA DA GOLA COM 2 (DOIS) BOTÕES COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 7,5CM, LARGURA DA GOLA DE APROXIMADAMENTE 7 , 5CM, COM COSTURA REFORÇADA, LARGURA DO PUNHO DE APROXIMADAMENTE 2,5CM, COM COSTURA REFORÇADA; BORDADO COLORIDO DO EMBLEMA DO PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE NO CANTO SUPERIOR DIREITO (PEITO DIREITO) CONFORME MODELO A SER ENVIADO, (DIMENSÕES APROXIMADAS: 2,5CM (ALT.) X 7,0CM (LARG.)), BORDADO COLORIDO DO EMBLEMA DO PROGRAMA NO CANTO SUPERIOR ESQUERDO (PEITO ESQUERDO) CONFORME MODELO A SER ENVIADO. ACABAMENTO DO CÓS DA CAMISA (PARTE INFERIOR) EM COSTURA REFORÇADA, COSTURAS INTERNAS REFORÇADAS. NOME “INSTRUTOR” IMPRESSO NA PARTE SUPERIOR DAS COSTAS DA CAMISA, NA COR E FONTE A DEFINIR, COM UMA DISTÂNCIA APROXIMADA DE 6,0 CM DA BASE DA GOLA, CENTRALIZADO. IMPRESSÕES DE BOA QUALIDADE, ALINHADAS E CENTRALIZADAS. CAMISA DE COR AZUL MARINHO. TAMANHOS	613371	UN	22	R$ 29,48	R$ 648,56

Documento gerado pelo Portal de Compras do Governo Federal - Página 5 de 27 - 5/26 - MD5: 5017d98a3e0f5e2e8bb2f5e4382bc2d

	CONFORME SOLICITAÇÃO DO ÓRGÃO: GG (12), G(12), M(8).					
15	15 - CAMISA TIPO POLO, MANGA CURTA, TECIDO DRY FIT 100% POLIÉSTER, GOLA E PUNHO EM MATERIAL 100% POLIÉSTER, REGULAGEM DA ABERTURA DA GOLA COM 2 (DOIS) BOTÕES COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 7,5 CM, LARGURA DA GOLA DE APROXIMADAMENTE 7,5 CM, COM COSTURA REFORÇADA, LARGURA DO PUNHO DE APROXIMADAMENTE 2,5 CM, COM COSTURA REFORÇADA; BORDADO COLORIDO DO EMBLEMA DO PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE NO CANTO SUPERIOR DIREITO (PEITO DIREITO) CONFORME MODELO A SER ENVIADO, (DIMENSÕES APROXIMADAS: 2,5 CM (ALT.) X 7,5 CM (LARG.)), BORDADO COLORIDO DO EMBLEMA DO PROGRAMA NO CANTO SUPERIOR ESQUERDO (PEITO ESQUERDO) CONFORME MODELO A SER ENVIADO (DIMENSÕES APROXIMADAS: 6,0 CM (ALT.) X 7,5 CM (LARG.). ACABAMENTO DO CÓS DA CAMISA (PARTE INFERIOR) EM COSTURA REFORÇADA, COSTURAS INTERNAS REFORÇADAS. NOME “MONITOR” IMPRESSO NA PARTE SUPERIOR DAS COSTAS DA CAMISA, NA COR E FONTE A DEFINIR, COM UMA DISTÂNCIA APROXIMADA DE 6,0 CM DA BASE DA GOLA, CENTRALIZADO. IMPRESSÕES DE BOA QUALIDADE, ALINHADAS E CENTRALIZADAS. CAMISA DE COR AZUL MARINHO. TAMANHOS CONFORME SOLICITAÇÃO DO ÓRGÃO: GG (10), G(20), M(20).	610982	UN	50	R$ 37,00	R$ 1.850,00
16	16 - CAMISA TIPO POLO, MANGA CURTA TECIDO DRY FIT 100% POLIÉSTER, GOLA E PUNHO EM MATERIAL 100% POLIÉSTER, REGULAGEM DA ABERTURA DA GOLA COM 2 (DOIS) BOTÕES COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 7,5 CM, LARGURA DA GOLA DE APROXIMADAMENTE 7,5 CM, COM COSTURA REFORÇADA, LARGURA DO PUNHO DE APROXIMADAMENTE 2,5 CM, COM COSTURA REFORÇADA; BORDADO COLORIDO DO EMBLEMA DO PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE NO CANTO SUPERIOR DIREITO (PEITO DIREITO) CONFORME MODELO A SER ENVIADO, (DIMENSÕES APROXIMADAS: 2,5 CM (ALT.) X 7,5 CM (LARG.)), BORDADO COLORIDO DO EMBLEMA DO PROGRAMA NO CANTO SUPERIOR ESQUERDO (PEITO ESQUERDO) CONFORME MODELO A SER ENVIADO (DIMENSÕES APROXIMADAS: 6,0 CM	600671	UN	14	R$ 15,33	R$ 214,55

Documento Termo de Referência Página 6 de 23 MD5 5d57d98a3d0f5e2508b27f5e6326bdf6 bc2d

	(ALT.) X 7,5 CM (LARG.), ACABAMENTO DO CÓS DA CAMISA (PARTE INFERIOR) EM COSTURA REFORÇADA. COSTURAS INTERNAS REFORÇADAS, NOME "COORDENADOR" IMPRESSO NA PARTE SUPERIOR DAS COSTAS DA CAMISA, NA COR E FONTE A DEFINIR, COM UMA DISTÂNCIA APROXIMADA DE 6,0 CM DA BASE DA GOLA, CENTRALIZADO. IMPRESSÕES DE BOA QUALIDADE, ALINHADAS E CENTRALIZADAS. CAMISA DE COR AZUL MARINHO. TAMANHOS G (10), M (04), CONFORME SOLICITAÇÃO DO ÓRGÃO.					
17	17 - COLETE ESPORTIVO; MATERIAL: POLIÉSTER, TAMANHO: G, USO: ESPORTIVO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO DO ÓRGÃO, COLETE, MATERIAL: POLIÉSTER, MODELO: DUPLA FACE, 100% POLIÉSTER, COR: VARIADA, ELÁSTICO INFERIOR E SEM BOLSO. TAMANHO G	255962	UN	110	R$ 17,95	R$ 1.974,50
18	18 - CONE; MATERIAL: PVC, ALTURA:23 CM, APLICAÇÃO: ATIVIDADE FÍSICA, DEMARCATÓRIO, CORES VARIADAS.	447976	UN	30	R$ 4,87	R$ 146,10
19	19 - CONE CHINÊS; MATERIAL: PVC, ALTURA: 4 CM, APLICAÇÃO: ATIVIDADE FÍSICA, DEMARCATÓRIO, CORES VARIADAS.	447975	UN	30	R$ 2,00	R$ 60,00
20	20 - CORDA DE PULAR; MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, MATERIAL DA MANOPLA: BORRACHA COMPRIMENTO: 275 CM.	436497	UN	30	R$ 9,60	R$ 288,00
21	21 - DENTIFRÍCIO; COMPOSIÇÃO BÁSICA: CREME DENTAL COM FLUOR ATIVO (1500 PPM), CAPACIDADE: 90 G, APLICAÇÃO: HIGIENE DENTAL	481318	UN	480	R$ 1,24	R$ 595,20
22	22 - DESODORANTE, TIPO: ROLL ON	481321	UN	720	R$ 4,68	R$ 3.369,60
23	23 - EMBALAGEM PLÁSTICA; FORMA: BOBINA, LARGURA: 30 CM, ALTURA: 40 CM, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 5 KG, COR: TRANSPARENTE. Rolo com 500 unid.	243160	ROLO	3	R$ 22,48	R$ 67,44
24	24 - ESCOVA DENTAL; MATERIAL DAS CERDAS: NÁILON, MATERIAL DO CABO: PLÁSTICO, TIPO CABO: ANATÔMICO, TIPO CABEÇA: COM CANTOS ARREDONDADOS, MODELO: MACIO.	398862	UN	240	R$ 0,64	R$ 153,60

Documento Termo ANEXO I Página 7 de 26 MD5 5d57e98a3d0758e508b2754d3206dd62bc2d

25	25 - GARRAFÃO; MATERIAL: ESPUMA DE POLIETILENO E DUPLA CAMADA DE PEAD, COM TRIPÉ RETRÁTIL, TAMPA ROSCÁVEL CAPACIDADE: 12 L, APLICAÇÃO: LÍQUIDOS QUENTES E FRIOS.	429430	UN	4	R$ 130,50	R$ 522,00
26	26 - GUARDA-SOL; MATERIAL: POLIÉSTER, MATERIAL DA ARMAÇÃO: ALUMÍNIO, DIÂMETRO: 2,50 M, PADRONAGEM: LISA, COM MANIVELA, TIPO: OMBRELONE.	604238	UN	2	R$ 279,50	R$ 559,00
27	27 - MEDALHA; MATERIAL: ZAMAC, COR: BRONZE, DIÂMETRO: 75 MM, PESO: 112 G, ACABAMENTO: RESINADA, ESPESSURA:3 MM. A ARTE PARA IMPRESSÃO SERÁ ENVIADA POSTERIORMENTE PELO CONTRATANTE.	473416	UN	120	R$ 8,45	R$ 1.014,00
28	28 - MEIA VESTUÁRIO UNISSEX TIPO ESCOLAR, ALGODÃO, POLIAMIDA E ELASTANO, COR: BRANCA, TAMANHO: CONFORME PEDIDO DA CONTRATANTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CANO MÉDIO, PÉ E PONTA MEIA MALHA C /FORMAÇÃO FELPA. Nº32 ao Nº 46	487687	PAR	240	R$ 14,60	R$ 3.502,80
29	29 - REDE DE VÔLEI; MATERIAL: FIO SEDA, MATERIAL DE REFORÇO DA BORDA: SEDA, APLICAÇÃO: VOLEIBOL, COM AJUSTE DE TENSÃO, TAMANHO: OFICIAL.	251693	UN	3	R$ 119,00	R$ 357,00
30	30 - SABONETE; ASPECTO FÍSICO: SÓLIDO, PESO:90 G, AROMA:SUAVE, COR: BRANCA	444433	UN	720	R$ 0,42	R$ 302,40
31	31 - TATAME; MATERIAL: E.V.A., COMPRIMENTO: 1 M, LARGURA: 1 M, ESPESSURA: 40 MM, PELÍCULA TEXTURIZADA E SILICONADA, PLACAS DENTADAS DE ENCAIXE, ANTI-DERRAPANTE, ANTI-ALÉRGICO, LAVÁVEL, LONA 100.	464876	UN	100	R$ 105,00	R$ 10.500,00
32	32 - TÊNIS PRETO; PAR DE TÊNIS, TIPO ESCOLAR, CONFECCIONADO EM MATERIAL RESISTENTE PARA PRÁTICA ESPORTIVA, NA COR PRETA E SOLADO PRETO OU NATURAL, COM FUNÇÃO POLIESPORTIVA, 100% EM BORRACHA, SOLADO COLADO E COSTURADO. INTERIOR DO TÊNIS REVESTIDO COM FORRO ACOLCHOADO EM ESPUMA E TECIDOS E PALMILHA TIPO EVA. TAMANHOS DO NÚMERO 32 AO	338344	PAR	142	R$ 159,00	R$ 22.578,00

Documento Termo de Referência - ANEXO I - Página 8 de 23 - MD5: 5017e98a3e0f5e8e0b2f5e6326bdf62bc2d

	NÚMERO 46. COM FURAÇÃO PARA PASSAGEM DO CADARÇO NA COR PRETA.					
33	33 - XAMPU TIPO: NEUTRO, APLICAÇÃO: ADULTO, CABELOS NORMAIS, PESO: 350 ML	402413	UN	480	R$ 5,58	R$ 2.676,00
34	34- BÚSSOLA PARA PRÁTICA DE ORIENTAÇÃO COM ENCAIXE PARA O POLEGAR PERMITINDO UMA LEITURA RÁPIDA DO MAPA, AGULHA ESTÁVEL E AJUSTADA PARA O USO NO BRASIL	603844	UN	20	R$ 49,00	R$ 980,00
35	35- FITA ZEBRADA - ROLO DE 200M.	600700	UN	2	R$ 10,66	R$ 21,32
36	36- PICOTADOR CONFECCIONADO EM MATERIAL DE PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA CONTENDO 5 PONTEIRAS INTERCAMBIÁVEIS DE AÇO INOX RESISTENTE A INTEMPÉRIES EM CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS REQUERIDAS DA PRÁTICA DO ESPORTE DE ORIENTAÇÃO.	467589	UN	20	R$ 18,04	R$ 360,80
37	37- KIMONO PARA JUDÔ, MODELO TRANÇADO, COR DISPONIVEL PARA O JUDÔ. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: BLUSÃO (VAGUI) CONFECCIONADO EM TECIDO TRANÇADO REFORÇADO, 100% ALGODÃO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 440 G/M²; GOLA COM ENCHIMENTO ESPECIAL E NO MÍNIMO 6 COSTURAS ALINHADAS PARA MAIOR RESISTÊNCIA; CALÇA CONFECCIONADA EM BRIM PESADO (LONA), 100% ALGODÃO, COM REFORÇO DE TECIDO DUPLO DA COXA ATÉ A BARRA E COSTURAS REFORÇADAS NAS ÁREAS DE MAIOR TENSÃO (CAVALO); ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5% APÓS LAVAGEM; ACOMPANHA FAIXA BRANCA COM 6 COSTURAS. TAMANHOS CONFORME SOLICITAÇÃO DO ÓRGÃO (ADULTO E INFANTIL).	602263	UN	20	R$ 241,00	R$ 4.820,00
38	38-KIMONO PARA JIU-JITSU, MODELO TRANÇADO DE ALTA RESISTÊNCIA. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: BLUSÃO (VAGUI) EM TECIDO TRANÇADO 'PEARL WEAVE' OU SIMILAR, 100% ALGODÃO, GRAMATURA MÍNIMA DE 450 G/M²; GOLA DE LONA GROSSA COM ENCHIMENTO EM E.V.A. (PARA EVITAR A RETENÇÃO DE SUOR E PROTEGER CONTRA BACTÉRIAS) E REVESTIMENTO EM RIPSTOP OU LONA; CALÇA EM TECIDO RIPSTOP OU BRIM REFORÇADO, COM CORDÃO DE AJUSTE NA CINTURA E REFORÇO NOS JOELHOS; MODELAGEM	602262	UN	20	R$ 279,00	R$ 5.580,00

Documento gerado pelo Portal de Compras do Governo Federal - Página 9 de 23 - 26/01/2026 às 14:05:57 - 3e98a3e0

	COM CORTE 'SLIM' OU TRADICIONAL SEGUINDO OS PADRÕES DA CBJJ (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JIU-JITSU); COR AZUL ROYAL OU BRANCA CONFORME NECESSIDADE; ACOMPANHA FAIXA DE GRADUAÇÃO INICIAL.					
					TOTAL	R$ 103.727,55

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto no 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **noventa (90) dias** contados do recebimento da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.4.1 Como a previsão é de entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, não há previsão de assinatura de termo de contrato sendo a Nota de Empenho o Instrumento Substitutivo de celebração contratual.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.1.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

4.1.2. De acordo com as previsões do Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, serão exigidos neste certame os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

4.1.3. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

Documento Termo de Referência - ANEXO I - Página 10 de 23 - MD5 5017e98a8b0f5e5d0d2754f8266f62bc2d

4.1.4. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.5. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.1.6. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

Subcontratação
4.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação
4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.
5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (quinze) 15 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
5.3. Os bens deverão ser entregues nos setores indicados no campo 'Observação' da Nota de Empenho, no endereço a seguir, dentro do prazo previsto no edital e no horário compreendido entre 9h30 e 16h30, de segunda a quinta-feira, e das 8h às 12h, às sextas-feiras. Endereço: Base Aérea de Santa Maria Rodovia RSC 287, km 240 Santa Maria/RS, CEP 97.105-910 Seção de Capacitação (SC).
5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a (6) seis meses, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.
5.5. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
5.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 4 (quatro) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
5.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-seá como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.9. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Documento Termo de Referência - ANEXO I, Página 11 of 23 11:26h MD5 5017e98a8e0759e5308b2715c6f8266f:62bc2d

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Documento Termo de Referência - ANEXO I - Página 12 de 23 - MD5 5017e98a8b0759e5b0b1275c1826bc2d

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei no 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5o da Lei no 12.846, de 1o de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa: fica estabelecido o previsto na Portaria GABAER Nº 898/GC4 de 24 de janeiro de 2025, anexa a este Edital, como parâmetro para aplicação de sanções administrativas em Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI), em caso de descumprimento de cláusula editalícia ou obrigação contratual, por parte do licitante ou contratado, em contratações realizadas com base na Lei no 14.133/2021, no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER).

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de trinta (30) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei no 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

Documento Termo de Referência - ANEXO I - Página 13 de 23 - MD5 5017e98a8b0f5e5d8d2f5c6f8f6f62bc2d

7.9.4.os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei no 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei no 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei no 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME no 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (DEZ)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (CINCO)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei no 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (CINCO)** dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei no 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Documento Termo de Referência - ANEXO I, Página 14 de 23 14:26 - MD5: 5017e98a8b0759e5308b2754618266f62bc2d

Liquidação
8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7o, §3o da Instrução Normativa SEGES/ME no 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei no 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;
8.12.2. a data da emissão;
8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
8.12.5.o valor a pagar; e
8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei no 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME no 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento
8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Documento Termo ANEXO I Página 15/27 15:26 MD5 5017e98a8b0759e5308b2754f8206f62bc2d

Cessão de Crédito
8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei no 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI no 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste
8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 07/07/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será Integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Documento Termo de Referência - Página 16 de 23 - MD5 5017e98a8b0f5e3d8b2f5d1f62bc2d

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta no 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei. 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. Não será exigida qualificação econômico-financeiro em virtude de ser contratação de entrega imediata tendo em vista o que trata o inciso III do art. 70 da Lei no 14.133, de 2021).

Qualificação Técnica

9.24. Apresentação de certificado de conformidade emitido ou reconhecido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, para os materiais ofertados, quando aplicável, em atendimento às normas técnicas vigentes de qualidade e segurança;

> 9.24.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante o conselho profissional competente no Brasil.

Documento Termo de Referência - ANEXO I - Página 17 de 23 - MD5 5017e98a8b0f5e5d8d2f5c4f8266f62bc2d

9.25. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Disposições gerais sobre habilitação

9.26. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.27. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto no 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.28. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.29. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.30. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 103.727,55 (cento e três mil, setecentos e vinte e sete reais e cinquenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no Item 1.1 acima.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei no 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, tendo em vista se tratar de licitação por registro de preços, nos termos do art. 17 do Decreto no 11.462/2023.

Documento Termo ANEXO I Página 18 de 23 - MD5 5017e98a8b0f5e5d0b2f5c6f8f6f62bc2d

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

SANTA MARIA, 18 de maio de 2026.

_____
THIAGO ROZALES RAMIS
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

_____
VANESSA ALVES DA SILVEIRA DE VASCONCELLOS
Presidente Substituto da Comissão de Planejamento

_____
FERNANDO STROHSCHEIN MASCHKE
Membro

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de .....*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato ..... *[Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização]* ***OU*** *[constante deste Anexo]*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital* ***OU*** *na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. **VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. ***O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.***

2.2. ***O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.***

OU

2.3. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.[A1]*

2.4. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin[A2]).*

2.5. *O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.6. *A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.7. *A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

OU

Documento Termo ANEXO I Página 19 de 23 19:26h - MD5 5017e98a8e0f5e5e0da2f5c4f8266f62bc2d

2.8. *O prazo de vigência da contratação é de .....(máximo de um ano) contados do(a) ..... (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei n° 14.133/2021[A3] .*

3. **OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de *XXXXXXX*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de XXXXXX.[A5]

3.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.[A6] [A7]*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, *e da relação da rede de assistência técnica autorizada [A9]* ;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

Documento Termo ANEXO I Página 20 de 27 Hash MD5 5017e98a8e0f59e5308b2754f8266f62bc2d

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
4.1.17. *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*
4.1.18. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;*
4.1.19. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*
4.1.20. *Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*
4.1.21. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]*
4.1.22. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12] ;*
4.1.23. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*
4.1.24. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*
4.1.25. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
4.1.26. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.*

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*
5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*
5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*
5.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
5.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A13]*

OU

5.4. *A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A14]*
5.5. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem[A15] .*

5.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

5.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

OU

5.7. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A16] contraentes.*
5.8. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
5.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
5.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
5.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
5.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
5.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
5.9.3. Indenizações e multas.
5.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
5.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação

Documento Termo ANEXO I Página 21 de 27 21:26 MD5 5017e98a8b0f5e5d0b2f5c4f8266f62bc2d

direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos **omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]**

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
7.3. s supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]
7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de ..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, ... *(identificar o Contratado)* declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital* ***OU*** *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ... de ..... de 20.... .

_____

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

THIAGO ROZALES RAMIS
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

Documento Termo ANEXO I Página 22/27 22/26 MD5 5017e98a8b0f5e5d8d2f5c6f8f6f62bc2d

VANESSA ALVES DA SILVEIRA DE VASCONCELLOS

Presidente Substituta da Comissão de Planejamento

FERNANDO STROHSCHEIN MASCHKE

MEMBRO DA EQUIPE

Documento Termo ANEXO I Página 23/27 3426h MD5 5017e9840875e5008b2754f8266f62bc2d

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - [corrigdo] 2.1 Anexo I INV ETP.pdf (74.86 KB)
- Anexo II - Manual de identidade visual do PROFESP 2025.pdf (1.17 MB)

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Termo de Referência
Data/Hora de Criação:	10/09/2026 18:34:30
Páginas do Documento:	24
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	25
Hash MD5:	d08a394b5f1850da20541bb06462bc2d
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten THIAGO ROZALES RAMIS no dia 10/09/2026 às 15:57:45 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Suboficial FERNANDO STROHSCHEIN MASCHKE no dia 10/09/2026 às 17:03:41 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten VANESSA A. DA SILVEIRA DE VASCONCELLOS no dia 10/09/2026 às 17:04:39 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten CAREN DURLO NUNES DE LIMA no dia 14/09/2026 às 16:27:26 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten SOLANGE DE FÁTIMA SCHEFER no dia 17/09/2026 às 15:46:56 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int ROBERTA LUZ CABO no dia 17/09/2026 às 17:13:09 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ANEXO I
Data/Hora de Criação:	21/09/2026 16:23:40
Páginas do Documento:	26
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	27
Hash MD5:	50177e99bab9789e3b81b71c68266dfc
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap THIAGO DE ANDRADE ALVES DO NASCIMENTO no dia 08/10/2026 às 15:28:20 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap RAMON AZEVEDO CORRÊA BARCELOS BRITO no dia 19/10/2026 às 16:31:37 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int ROBERTA LUZ CABO no dia 21/10/2026 às 08:10:57 no horário oficial de Brasília.